

FUTUROS DA ÁGUA
RESILIÊNCIA,
GOVERNAÇÃO
E ADAPTAÇÃO 

02

fevereiro
2026




FICHA TÉCNICA


AD ASTRA

REVISTA ONLINE DA UNIVERSIDADE ABERTA


Diretora

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)


EDITORES

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 
Universidade Aberta (UAb)

JORGE TRINDADE 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Editorial

CÉLIA DIAS FERREIRA 
Universidade Aberta (UAb)


ISABEL HUET SILVA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO LUPI BELO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO ROSA 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)


PEDRO PESTANA 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Consultivo

BIAGIO D'ANGELO 
Universidade de Brasília (UnB)

DIONÍSIO VILA MAIOR 
Universidade Aberta (UAb)

FERNANDO COSTA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO LUÍS CARDOSO 
Universidade Aberta (UAb)

KENNETH DAVID JACKSON 
Yale University

LUÍSA LEAL DE FARIA 
Universidade Católica Portuguesa

SANDRA CAEIRO 
Universidade Aberta (UAb)

SORAYA VARGAS CÔRTEZ 
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TÂNIA FONSECA 
Kingston University

WALTER LEAL 
Hamburg University of Applied Sciences (HAW Hamburg)

PRODUÇÃO

Divisão de Comunicação e Marketing da Universidade Aberta

ISSN

3051-6773

DOI

<https://doi.org/10.34627/adastra.v2i1>

AD ASTRA 2026 by [Universidade Aberta](https://www.adastra.org) is licensed under [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)





ÍNDICE

EDITORIAL - ANA PAULA AVELAR

DOSSIER TEMÁTICO - FUTUROS DA ÁGUA: RESILIÊNCIA, GOVERNAÇÃO E ADAPTAÇÃO

JORGE TRINDADE

Futuros da água : Resiliência, Políticas de Governação e Adaptação Local

Water Futures: Resilience, Governance, and Community Adaptation

CARLA FERNANDES; FÁTIMA ALVES

Água e desenvolvimento: a importância das percepções sociais em Marrocos

Water and Development: The Importance of Social Perceptions in Morocco

ANDRÉ BUONO SILVEIRA

A economia circular como inovação contra a poluição dos rios Tietê e Pinheiros

Circular economy as an innovation against pollution of the Tietê and Pinheiros rivers

LUÍS MORENO

Rega para agricultores familiares no contexto das alterações climáticas em Portugal: percepções, opções e necessidades

Irrigation for family farmers in the context of climate change in Portugal: perceptions, options and needs

MARIA DA GLÓRIA SALGADO GONÇALVES

Cheias no rio Vez: uma análise social através da Pirâmide de Freytag

Floods in the Vez River: A Social Analysis through Freytag's Pyramid

IDRISS SAMMAA; ALI TAOUS; MOHAMMED YAZAMI ZTAIT; IMAD EL GHALMI

Erosão fluvial e mudanças morfológicas do Oued Bouregreg no setor de Maaziz (Planalto Central, Marrocos)

Erosion fluviale et mutations morphométriques de l'Oued Bouregreg dans le secteur de Maaziz (Plateau central, Maroc)

IMAD EL GHALMI; ALI TAOUS; IDRISS SAMMAA; LAHCEN OUIABOUB

Impactos hidro-morfo-sedimentares da barragem de Sidi Chahed e mudanças da paisagem fluvial do baixo vale do Mikkès (bacia do Sebou, Marrocos)

Impacts hydro-morphosédimentaires du barrage Sidi Chahed et mutation du paysage fluvial de la basse vallée du Mikkès (bassin du Sebou, Maroc)

LUÍS ALÍPIO GOMES; TÂNIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO; HELANA MIRANDA DA C. GOMES

Sustentabilidade ambiental e o papel do ensino superior: um estudo de caso do rio Tapajós, na Amazônia

Environmental Sustainability and the role of Higher Education: a case study of the Tapajós River in Amazon

BERNARDO SALES; SÉRGIO C. OLIVEIRA; JORGE TRINDADE

Suscetibilidade e exposição à erosão costeira no município de Peniche – evolução recente e futura

Coastal Erosion Susceptibility and Exposure in the Municipality of Peniche – Recent and Future Evolution



ABDELLAH KHOUZ, JORGE TRINDADE, PEDRO PINTO SANTOS,
FATIMA EL BCHARI, SÉRGIO C. OLIVEIRA, RICARDO A. C.
GARCIA, ASMA BOUGAYOU, MUSTAPHA IKIRRI, MOURAD
JADOUD, SAID RACHIDI, AND BLAID BOUGADIR

Contributo de modelos estatísticos na avaliação da
suscetibilidade a cheias na província de Essaouira, Marrocos
*Contribution of statistical models in flood susceptibility assessment
in Essaouira Province-Morocco*

ASMA BOUGAYOU ; ABDELLAH KHOUZ ; FATIMA EL BACHARI;
JORGE TRINDADE; MUSTAPHA IKIRRI; SIHAM AFRAOU; FARID
FAIK; BLAID BOUGADIR

Avaliação do potencial de águas subterrâneas na área de Ait
Abdellah com recurso à deteção remota e SIG

*Assessment of groundwater potential in the Ait Abdellah area by
using remote sensing and GIS*

JOÃO CARRILHO, ABDELLAH KHOUZ, JORGE TRINDADE
Águas subterrâneas na governação do nexa Água-Energia-Ali-
mentação em áreas periurbanas exteriores

*Groundwater in the Water-Energy-Food nexus governance in
outer peri-urban settlements*

GUSTAVO DGEDGE, CELSO CHIVALE, JAIME MAGAIA, JORGE
TRINDADE

Avaliação das áreas suscetíveis a cheias na sub-bacia do rio
Revúboè, Moçambique

*Assessing Flood Susceptibility Areas in the Revúboè river
sub-basin, Mozambique*

ANDREIA ALVES DA SILVA; LUÍS PEDRO ALMEIDA; ANTÓNIO
H.F. KLEIN

Abordagem multiescalar baseada em dados de satélite
para a análise de tendências da linha de costa em Portugal
Continental

*Satellite-driven multi-scale approach for shoreline trend analysis
in Mainland Portugal.*

ANDREIA ALVES DA SILVA, JORGE TRINDADE; JORGE ROCHA
Avaliação do perigo e da exposição à subida do nível do mar
em Portugal Continental

*Hazard and Exposure Assessment to Sea Level Rise in Mainland
Portugal.*

MOHAMED LOUAZANI, ABDERRAFIE EL MAKNISSI

Sistemas de gestão da água nos oásis saariano e o desafio da
sustentabilidade face às alterações climáticas: estudo de caso
dos oásis de Oued-Noun, sul de Marrocos

*The Water Management Systems in Saharan Oases and the
Sustainability Challenge in the Face of Climate Change: A Case
Study of the Oued-Noun Oases, Southern Morocco.*

RICARDO ACÁCIO XAVIER; PEDRO PINTO SANTOS;
JOSÉ MANUEL MENDES

Risco de cheias em Moçambique: estratégias comunitárias para
a redução da vulnerabilidade a partir de dois estudos de caso

*Flood risk in Mozambique: communitarian strategies for
vulnerability reduction from two case studies.*

SUSANA PEREIRA; JORGE TRINDADE; ANDREIA ALVES DA
SILVA; PEDRO PINTO SANTOS; EUSÉBIO REIS; JOSÉ LUÍS
ZÊZERE

Perfis de risco de perigos costeiros em Portugal Continental à
escala da freguesia

*Risk profiles of coastal hazards in mainland Portugal at the civil
parish level.*



CHAIMA IMAM; MOHAMED CHAIBI; FATIMA EL BCHARI
Cartografia da sensibilidade à degradação dos solos na bacia hidrográfica do oued El Abid: aplicação do modelo MEDALUS
Cartographie de la sensibilité à la dégradation des sols dans le bassin versant de l'oued El Abid : Application de MEDALUS

GONÇALO BATISTA; MARIANA CONCEIÇÃO; RICARDO GARCIA, SÉRGIO OLIVEIRA, ANDRÉ TRINDADE, CLÁUDIA VIANA, JORGE ROCHA
Nova cartografia de solos à escala 1:100 000 para Portugal Continental
A New Soil Cartography at 1:100,000 scale for mainland Portugal

MARIANA CONCEIÇÃO, GONÇALO BATISTA, RICARDO GARCIA, SÉRGIO OLIVEIRA, ANDRÉ TRINDADE, CLÁUDIA VIANA, JORGE ROCHA
Delimitação de distritos de solos em Portugal Continental
Delimitation of Soil Districts in mainland Portugal

CHAIMA IMAM, MOHAMED CHAIBI, FATIMA EL BCHARI, MOHAMED AYT OUGOUDAL, ABDESSAMAD CHARIF, HALIMA AIT MALEK
Recuo de arribas costeiras e suscetibilidade ao perigo na região de Safi, Marrocos
Coastal Cliff Retreat and Hazard Susceptibility in the Safi Region, Morocco

SAMIR IDLLALÈNE; ABDESSAMAD AFIFI MOULAY; ALAZALI MOUNIA; MOHAMED MOUCH; BENABDERRAZIK RADIA; LAHCEN OUAHMANE; ABDERRAFIE EL MAKNISSI
Análise dos desafios jurídicos, ambientais e socioeconómicos das autoestradas da água em Marrocos: um estudo de caso
Analyse des enjeux juridiques, environnementaux et socio-économiques des autoroutes de l'eau au Maroc: une étude de cas

EL MEHDI EL JOUMDOUNI; ABDESSAMAD CHARIF; ABDELGHANI QADEM; BRAHIM EL OUTASSI; HALIMA AIT MALEK; MOHAMED CHAIBI; FATIMA EL BCHARI
Análise estatística do impacto das alterações climáticas na distribuição espaço-temporal da precipitação no norte da região de Abda (província de Safi, Marrocos)
Analyse statistique de l'impact des changements climatiques sur la répartition spatio-temporelle des précipitations dans le Nord de la région de Abda (Province de Safi – Maroc)

VARIA

JOÃO CARLOS MARQUES SIMÕES
A importância das grandes florestas tropicais e a segurança ambiental: perspetivas das florestas tropicais na região dos Grandes Lagos
The importance of large tropical forests and environmental security: perspectives on tropical forests in the Great Lakes region

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, SUSANA MOTA
José de Souza Larcher e o domínio inglês do Egipto nas Impressões de Viagem (1901)
José de Souza Larcher and British rule in Egypt in Impressões de Viagem (1901)

GUILHERME OLIVEIRA MARTINS
Vinte anos da Convenção de Faro
Twenty years since the Faro Convention



RECENSÕES

PAULO OSÓRIO

História do Pensamento Linguístico-Gramatical em Portugal e no Brasil de Batista, Ronaldo de Oliveira; Fernandes, Gonçalo; Bastos, Neusa Barbosa & Assunção, Carlos (eds) (2025).

JEFFREY CHILDS

Inventions of a Present: The Novel in its Crisis of Globalization,
by Fredric Jameson

TESTEMUNHO(S)

HERMANO CARMO

Prémio Armando Rocha Trindade

José de Souza Larcher e o domínio inglês do Egípto nas *Impressões de Viagem* (1901)

José de Souza Larcher and British rule in Egypt in Impressões de Viagem (1901)

José das Candeias Sales
Susana Mota

Resumo

Em 1901, José de Souza Larcher (1821-1913) publicou o livro *Impressões de Viagem. O que eu vi e ouvi através do Egípto e da velha Europa*, em dois tomos, resultado de duas visitas ao Egípto (em 1894 e 1898), onde, entre muitos outros registos histórico-culturais, deixou também numerosos apontamentos sobre as tutelas britânica e otomana do Egípto. No presente texto procuramos explicitar os traços essenciais da visão e opinião de José de Souza Larcher, engenheiro, escritor e republicano, expectavelmente menos conhecido do que Eça de Queirós, sobre os grandes acontecimentos político-económico-militares de final do século XIX no Egípto.

Palavras-chave José de Souza Larcher, Egípto, século XIX, Literatura de viagens.

Abstract

In 1901, José de Souza Larcher (1821-1913) published the book *Impressões de Viagem. O que eu vi e ouvi através do Egípto e da velha Europa*, in two volumes, the result of two visits to Egypt (in 1894 and 1898), where, among many other historical and cultural accounts, he also left numerous observations on the British and Ottoman tutelage of Egypt. In this text we try to explain the essential features of the vision and opinion of José de Souza Larcher, an engineer, writer and republican, who is probably less well known than Eça de Queirós, on the great political-economic-military events of the late 19th century in Egypt.

Keywords: José de Souza Larcher, Egypt, 19th century, Travel literature.

José das Candeias Sales

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

Susana Mota

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, Lisboa, Portugal



[0000-0003-1087-1478](https://orcid.org/0000-0003-1087-1478)

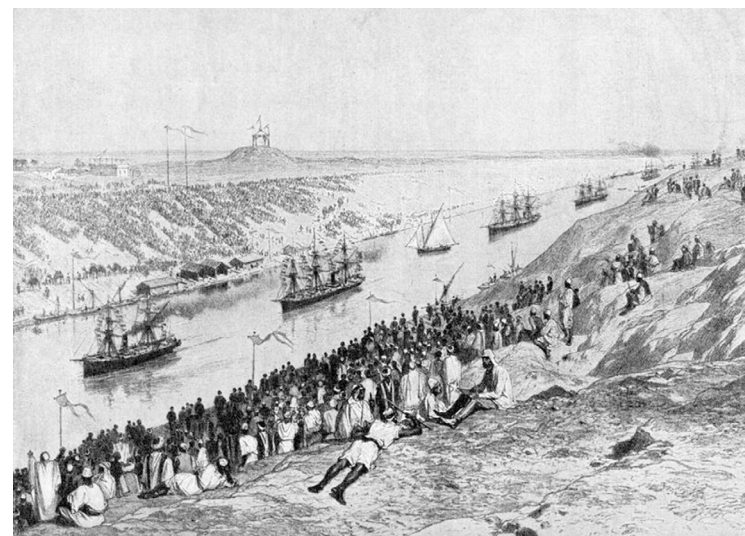
[0000-0002-4819-6239](https://orcid.org/0000-0002-4819-6239)

Entre 27 de Setembro e 24 de Outubro de 1882, Eça de Queirós (1845-1900) publicou na *Gazeta de Notícias*, um dos mais influentes jornais do final do século XIX do Rio de Janeiro, seis textos jornalísticos intitulados “Cartas de Inglaterra - Os Ingleses no Egípto”, editados postumamente, em 1905, em *Cartas de Inglaterra*, no Porto, pela Livraria Chardron de Lello & Irmãos - Editores (pp.125-205), onde, com um poderoso olhar crítico-reflexivo, comenta a cultura e os eventos políticos relevantes da Europa do seu tempo[1].

Como diplomata-cônsul, Eça de Queirós viveu 14 anos (entre 1874 e 1888) em Inglaterra (Newcastle e Bristol) e, a partir daí, foi enviando as suas impressões para o jornal brasileiro, elucidando os seus leitores sobre as relações entre a Inglaterra e o Egípto e sobre a história desse país sob o domínio otomano-britânico. Entre os seus comentários, em que verbera a brutalidade da exploração colonial britânica, aborda a destruição de Alexandria, em 1882, pela frota britânica no Mediterrâneo, e elogia o revoltoso nacionalista Arabi Pachá, que, contra os vários imperialismos em presença, reivindicava “o Egípto para os Egípcios – não para os empegados estrangeiros, nem para os agiotas estrangeiros...”[2].

Como Autor e como pessoa, Eça de Queirós valorizava o cosmopolitismo, a abertura ao mundo e as viagens. Como viajante, com apenas 23 anos, em 1869, a convite de D. Luís de Castro Pamplona, Conde de Resende (seu futuro cunhado), assistira no Egípto à abertura do Canal de Suez, sendo um dos poucos portugueses a assistir à inauguração de um dos maiores feitos de engenharia da época, desenvolvido sob a promoção francesa de Ferdinand de Lesseps. As suas impressões do Egípto dariam matéria para quatro crónicas (“De Port Said ao Suez”) publicadas no *Diário de Notícias* (de 17 a 20 de Janeiro de 1870), para narrativas em *A Relíquia* (1887), publicada em vida, e para as póstumas *Cartas de Inglaterra* (1905) e *Egípto. Notas de Viagem* (1926), esta última compilada pelo filho, José Maria.

Na senda de numerosos autores de meados e do final do século XIX que fizeram do folhetim de viagens ao Oriente um popular género literário (como Robert Louis Stevenson, Benjamin Disraeli, Thackeray, Mark Twain, Gustave Flaubert, Théophile Gautier, Maxime du Camp, Gérard de Nerval, William Lane, Florence Nightingale, Ida Laura Pfeiffer, etc.), Eça de Queirós deixou vibrantes, coloridas e genuínas descrições da monumentalidade e do exotismo das gentes de Alexandria e do Cairo (Coelho, 2019).



Em 1901, José de Souza Larcher (1821-1913), pela mão de Mello d’Azevedo Editor, publicou, em Lisboa, o livro *Impressões de Viagem. O que eu vi e ouvi através do Egipto e da velha Europa*, em dois tomos, resultado de duas visitas ao Egípto (em 1894 e 1898), onde, entre muitos outros registos histórico-culturais, deixou também numerosos apontamentos sobre as tutelas britânica e otomana do Egípto.

Contemporâneos, Eça de Queirós e José de Souza Larcher viajaram ao Egípto, em momentos diferentes (aquele em 1869;

este em 1894 e 1898), e partilharam, assim, nas suas respectivas publicações, impressões e análises sobre a política internacional de finais do século XIX, tendo por centro o Egipto e em particular a cosmopolita Alexandria, que ambos visitaram, além de Port Said e do Cairo por onde também andaram[3]. Entre as suas viagens medeia apenas uma década e meia, embora entre a edição dos seus livros em Portugal existam apenas 4 anos de diferença, sendo, neste caso, o trabalho de Larcher (1901) anterior ao de Eça (1905).

No presente texto procuramos explicitar os traços essenciais da visão e opinião de José de Souza Larcher, engenheiro, escritor e republicano, expectavelmente menos conhecido do que Eça de Queirós, sobre os grandes acontecimentos político-económico-militares de final do século XIX no Egipto.

José de Souza Larcher e as *Impressões de Viagens* – enquadramento geral

Não existe ainda uma biografia devidamente elaborada sobre José de Souza Larcher, embora se consigam reconstituir, com relativa exactidão, vários aspectos fundamentais da sua existência, principalmente graças ao texto de Souza Quintella publicado, em 1883, na *Galeria Republicana*. Descendente da família Larcher instalada em Portalegre desde 1774, nasceu nessa cidade alentejana (5 de Maio de 1821), mudou-se para Lisboa, em 1834 (com 13 anos), para estudar, primeiro na Academia Real da Marinha e, depois, na Escola Polytechnica.

Alguns anos mais tarde, foi estudar em Paris na *École Centrale des Arts et Manufactures*, onde se formou em engenharia, regressando a Portalegre, em 1842 (com 21 anos), onde, após a morte do pai, em 1849, assumiu funções públicas e administrativas e de gestão na fábrica da família (no ramo dos lanifícios) e na agência do Banco de Portugal.

Já com 50 anos, em 1871, passa a dedicar-se em exclusivo à administração pública e à política, assumindo, em 1880, uma clara e oficial ligação ao Partido Republicano, como respeitado militante. Foi, de facto, um empenhado propagandista das ideias e dos ideais republicanos, designadamente no período que antecedeu a implantação do novo regime em Portugal, tendo sido, por exemplo, vereador no município de Lisboa entre 1893 e 1896. Faleceria a 3 de Janeiro de 1913, com 91 anos, pouco mais de dois anos depois de ser implantada a Primeira República Portuguesa, a 5 de Outubro de 1910[4].

A convite do seu filho mais novo, Alberto de Sousa Larcher (1848-1929), então juiz nos Tribunais Mistos do Egipto[5], José de Souza Larcher fez duas viagens ao Egipto: a primeira no início de 1894 e a segunda na primeira metade de 1898. Dessas viagens resultaram numerosas *impressões*, vistas e ouvidas, que recolheu, quer no território egípcio, então sob dominação otomana-inglesa, quer durante a viagem, nos vários pontos e escalas que teve de realizar, na ida e no regresso de cada uma das viagens. Foi o abundante material assim coligido que o levou a publicar, em 1901, o livro, em dois tomos, *Impressões de Viagem*. O *que vi e ouvi através do Egipto e da Velha Europa*.

Cada tomo é, como se destaca no frontispício, “Ilustrado com numerosas e artísticas photogravuras”. O primeiro, com 233 páginas, é composto por 17 Capítulos-Cartas[6] e ilustrado por 41 fotografias e desenhos, contendo o segundo, nas suas 248 páginas, mais 15 Capítulos-Cartas (da 18^a à 32^a) e 31 ilustrações.

Ao longo do I tomo, o Autor deixa repetidas alusões à presença e influência inglesa no Egipto, sendo os 4^o a 8^o Capítulos-Cartas os mais significativos neste aspecto, como mostraremos de seguida, e onde se congregam os seus principais pontos de vista sobre os vários episódios e características referentes ao protectorado britânico do Egipto.

Antes, à guisa de “declaração de interesse”, logo na 1ª Capítulo-Carta, José de Souza Larcher esclarece os seus leitores do seu posicionamento no âmbito das relações egípcio-inglesas, fornecendo-lhes assim, *ab initio*, uma chave para o entendimento das suas considerações nos Capítulos-Cartas seguintes: ao mencionar o “bom Athias” (p.11), o drogman ou empregado-guia-intérprete que o tribunal misto de Port Said colocara ao seu dispor para o acompanhar por todo o lado, diz o engenheiro alentejano: “Eu tinha conquistado logo de principio a sua benevolência, declarando-me amigo dos arabes e grande adversário dos ingleses, e por isso, sempre que tinha ocasião me mostrava confiadamente o seu patriotico antagonismo contra os invasores da sua pátria” (pp.11-2).

De seguida, já na 2ª Capítulo-Carta, redige dois importantes parágrafos onde revela os seus processos de acesso à informação e ao conhecimento aprofundados sobre a história contemporânea do Egipto:

Tivemos a fortuna de nos relacionar com o pessoal do tribunal misto, composto além dos juizes europeus de juizes indígenas, formados em direito pela escola de Paris, e com vários advogados de diversas nacionalidades. Com uns e outros conversávamos em repetidas e largas conferencias sobre a actual situação do Egypto, os antecedentes que a determinaram, bem como sobre o ponto de vista religioso, e do organismo da sociedade civil estabelecido em harmonia com os preceitos exarados do Alcorão.

De tudo o que colhi n'estas interessantes intrevistas, e pude observar e lêr sobre esses delicados assumptos; depois de bem degerido, combinado e fundido no meu pensamento, é que me foi possível constituir um fundo de informações que me habilitaram a formar uma opinião clara e segura sobre os factos ocorridos antes e depois da occupação inglesa, dos quaes me proponho dar uma resumida descripção; bem como sobre outros assumptos importantes respectivos ao antigo e moderno Egypto, que não será a parte menos interessante da narrativa das minhas impressões, como viajante que procura vêr com interesse e zêlo, apreciando com desprevenido critério as coisas e as pessoas (pp.25-6).

O estimulante ambiente multicultural vivido entre os juizes do Tribunal Misto de Mansurah, em Port Said, permitira ao pai do juiz Alberto debates sobre os vários aspectos que conduziram à “actual situação do Egypto”. No entanto, o pensamento crítico de Larcher não se forjara apenas nessas entrevistas:

(...) no Oriente tudo é motivo de reparo e admiração para o viajante que pela primeira vez penetra n'aquelle novo velho mundo, e vae a cada passo vendo e ouvindo coisas, que, apezar das suas anteriores leituras sobre a historia antiga e moderna, lhe parecem de todo o ponto novas, inéditas, pela viva impressão que lhe produzem (p.6).

Às conversas intellectuais, Larcher acrescentará a observação pessoal, directa – “vendo e ouvindo” –, e leituras específicas sobre “o novo velho mundo” e os seus “delicados assumptos” da política (nacional e internacional) e da religião local^[7]. Assim formou, diz ele, “uma opinião clara e segura sobre os factos ocorridos antes e depois da occupação inglesa, dos quaes me proponho dar uma resumida descripção”, ou seja, uma abalizada opinião, dizemos nós, conjugando vários informes, para partilhar com os seus leitores.

Ainda antes de descrever os factos inerentes à occupação britânica, Larcher escreve no 3º Capítulo-Carta:

A ultima revolução nacional que houve no Egypto, contra a influencia e imposições dos europeus sobre o governo do paiz, teve a sua origem nas sociedades secretas do Cairo, que excitando o sentimento religioso e attrahindo a si o elemento militar, conseguiram elevar um dos seus adeptos, o infeliz coronel Arabi, ás eminencias do poder como ministro da Guerra.

Este apelo ao fanatismo, que tão rapidamente foi segundado por todo o Egypto, prova bem a força da organização d'aquellas mysteriosas associações, e a gravidade dos acontecimentos que podem advir da sua acção, quando sejam dirigidas por homens de altas faculdades e competência. (p.39).

Esta referência à “última revolução nacional” e ao político, militar e revolucionário egípcio Arabi (1841-1911), também chamado Ahmed Urabi ou Ahmed Arabi al-Husayni – que Eça de Queirós também, menciona[8] –, significa que tinha perfeita noção do seu papel, intervenção e impacto no desenrolar da situação de política interna e externa egípcia do seu tempo, como demonstrará cabalmente na 4º Capítulo-Carta.

O protectorado britânico: antecedentes

Este Capítulo-Carta é realmente decisivo para traçar os antecedentes da invasão inglesa ou, como ele escreve a iniciá-lo: “fazer uma breve apreciação do protectorado inglês, historiando rapidamente as causas que determinaram o importante facto da intervenção da Inglaterra, e justificam até certo ponto a sua demorada permanência no valle do Nilo.” (p.45).

Para a sua panorâmica histórica, recua até aos anos 60 do século XIX – a época em que Eça de Queirós estivera no Egipto –, dividindo-a de acordo com os mandatos do avô e pai do jovem Khediva Abbas Hilmy II (1874-1944, vice-rei: 1892 e 1914) que se encontrava no poder aquando das suas duas visitas ao Egipto, ou seja, os Khedivas Ismail Pachá e Taufik Pachá respectivamente, que foram “vice-reis do Egipto e do Sudão” de 1863 a 1879 e de 1879 a 1892 (Sales, 2024; Mansfield, 2003, pp.105-6)[9].

Sobre a acção político-económica-financeira de Ismail Pachá, J. S. Larcher escreve:

O genio audaz, o coração generoso e uma paixão desordenada por todas as manifestações do luxo e do progresso, são os traços principaes da grande figura do já falecido Khediva Ismail, avô do actual soberano do Egypto. Durante o seu governo o estudo das sciencias teve notavel desenvolvimento; estabeleceu escolas de direito, de medicina, de engenharia; mas sobre tudo o que sempre mais captivou a atenção, foram as obras publicas, a construção de canaes, pontes, teatros, palacios e jardins. O Cairo foi transformado

e ampliado, e novos bairros se levantaram em nada inferiores aos boulevards tão elogiados do barão Haussman, em Paris. (I tomo, 4ª Carta, pp.45-6).

A informação transmitida acentua o desenvolvimento e a modernização do país incrementados pelo Khediva Ismail, sem deixar de frisar a sua “paixão desordenada por todas as manifestações do luxo e do progresso”, razão para a qual, no fundo, pretende remeter a conclusão que as páginas seguintes apresentarão. Significa isto que Larcher reconhece os impulsos positivos que o Egipto conheceu sob o governo deste vice-rei e a que confere relativo desenvolvimento nos parágrafos seguintes:

O grande impulso que se deu para a construção da famosa ponte barrage sobre o Nilo, a elle se deve, e tudo o que se fez, com uma pompa verdadeiramente oriental, para celebrar a inauguração do Canal de Suez, excedeu o que na Europa é costume fazer-se nas grandes festas internacionais.

Mandou construir um soberbo palácio junto ás margens do canal, e outro mais esplendido na ilha Guizereth, – Cairo – para receber os seus augustos hospedes, correndo por sua conta a despeza do sumptuoso serviço e dos transportes terrestres e fluviais através do Egypto, até ás primeiras cataractas. Abriram-se estradas novas para o facil acesso ás pyramides, desenterraram-se monumentos grandiosos dos tempos faraónicos, que havia muitos seculos jaziam ocultos debaixo de montões de arêa, e que n’essa ocasião puderam patentear aos olhos maravilhados dos nobres visitantes a sua gigantesca structura e as preciosidades artisticas encontradas no seu interior.

Na Opera do Cairo deram a primeira representação da Aida com o luxo oriental, realçado pela apropriada côr local, e desempenhada pelos mais celebres artistas europeus. Em seguida a tantas festas deslumbrantes, na ocasião das despedidas, Ismail, ainda julgou não ter feito bastante para mostrar o seu reconhecimento pela honrosa visita de tão illustres personagens, e para não ficar com escrúpulos de ter deixado de fazer alguma coisa que poderia esperar-se da sua bizzarria, presenteou todas as princessas e damas de alto cothurno com joias da mais rica pedraria. (pp.46-8).

A linha explicativa que José de Souza Larcher apresenta aos seus leitores faz derivar destas pomposas e dispendiosas “decisões governativas” em torno da construção e da inauguração do Canal de Suez todas as dificuldades que levariam à queda definitiva de Ismail do poder em 1879, sob pressão britânica e francesa[10].

Ismail Pachá ficou, realmente, associado a uma série de reformas na agricultura, na indústria, no comércio e na educação, mas não resistiu ao excesso de empréstimos contraídos para a suportar e à correspondente bancarrota egípcia em 1876, ainda mais profunda do que a que atingira, meses antes, a Turquia (Daly, 1998, p.239-40; Mansfield, 2003, p.89; Troutt Powell, 2003, p.67). A ele se deve, em 1876, como já mencionamos, o estabelecimento dos Tribunais Mistos, cujo funcionamento, no fundo, pela presença do filho, está na origem das visitas de José de Souza Larcher ao Egípcio e, em consequência, das suas “impressões” (Cleveland, Bunton, 2009, p.96).

A dispendiosa guerra com a Etiópia, sobretudo a partir de 1872, com vista a unificar o vale do Egípcio e criar uma província egípcia no Sudão, agravou ainda mais a situação de debilidade económico-financeira do Egípcio, de enorme repúdio da população egípcia e de avidez dos financiadores ingleses e franceses. Há dados que estimam que quando assumiu o poder (1863), a dívida nacional egípcia era de cerca de 3.000.000 £; em pouco mais de 10 anos (1876), essa dívida havia aumentado para quase 100.000.000 £ (Cleveland, Bunton, 2009, p.99; McIlwraith, 1917, p.248).

A severa dívida pública resultante dos sucessivos empréstimos contraídos por Ismail Pachá, levou à venda de 44% das ações do Egípcio na Companhia do Canal de Suez a favor do governo britânico (na altura dirigido por Benjamim Disraeli) e conduziu irremediavelmente o país para a esfera de dependência das potências europeias de quem o Khediva (educado em Paris) tanto tinha tentado aproximar-se (Troutt Powell, 2003, p.67;

Mansfield, 2003, p.88-9). Em consequência, o Egípcio não tinha qualquer direito aos lucros do Canal, pois eles pertenciam apenas aos britânicos e aos franceses. O “grande gastador” caía sob a “tutella” dos seus credores. O Egípcio afundava-se em dívidas e perdia a sua autonomia política:

Depois d’esta quadra brilhante e de se terem gasto rios de dinheiro, recorrendo-se aos empréstimos; quando o pobre fellah já nada mais tinha para entregar aos agentes do fisco, começou rápida a decadência do Egypto, que se anunciou temerosa, quando não foi possível contrahir novos empréstimos, e não haver receita para pagar os juros da dívida publica.

Chegado o Khediva a tão apertadas circunstancias teve que sujeitar-se á imposição de uma comissão estrangeira – franceza e inglesa – que teve por incumbencia apoderar-se da receita das alfandegas e de outros serviços financeiros que foram julgados necessários para garantirem o regular pagamento dos juros da dívida.

O primeiro resultado da ingerência da comissão nos negócios financeiros do Egypto foi a redução a muito strictos limites das despesas do Khediva. Para o grande gastador era esta situação insuportavel, e naturalmente o incitava a procurar todos os meios de evitar tão desagradável tutella.

Mas a sua falta absoluta de recursos, e a acção diplomatica das grandes potencias, não permittiam que as suas tentativas de independencia podessem produzir um resultado favoravel aos seus planos, e bem longe d’isso só serviam para irritar os animos e agravar a sua situação.

E de feito não tardou que as potencias, já caçadas de tanta resistencia, e perdida a esperanza de obterem de Ismail completa submissão, recorressem a meios mais inergicos, e sem mais detença propozeram e obtiveram da Sublime Porta a deposição do Khediva, seu vassalo, e o consequente exilio para longe das margens do Nilo (pp.48-9).

A “Comissão” a que Larcher faz alusão (*Caisse de la Dette Publique*) era composta por quatro representantes das nações

credoras europeias e estava encarregue de garantir que a dívida egípcia fosse paga. Além disso, dois controladores, um da Grã-Bretanha e outro da França, foram nomeados pelo governo egípcio para supervisionar os gastos das receitas egípcias (Cleveland, Bunton, 2009, p.99).

O resultado concreto da actuação deste duplo controlo, além de aumentar os impostos e taxas pagas pelos *fellahin*, foi atribuir o controle total das finanças egípcias aos credores europeus do Egipto, ou seja, privou o Egipto de qualquer traço de independência (Reid, 1998, p.219; Mansfield, 2003, p.89). Ademais, os governos da Grã-Bretanha e da França, encorajados pela Alemanha e Áustria, forçaram finalmente o Sultão otomano a depor Ismaïl em 1879 e a instalar no poder o seu filho Taufik, como novo khediva (Troutt Powell, 2003, p.67).

Desde 1841 (Édito de Herança) que o Egipto beneficiava do estatuto de província privilegiada dentro do Império Otomano, pagando um tributo anual, e que tinha assegurada a sucessão hereditária do seu governo para a família de Mehemet-Ali (Oded, 2005, p.103; Fahmy 1998, pp.139, 178-9; Mcilwraith, 1917, pp.244-5). Em 1867, através de um *firman* imperial, o Sultão Abdulaziz, segundo rumores primo de Ismail (as suas mães seriam irmãs), muda o estatuto do Egipto otomano de “província” (*eyalet*) para “khedivato” (*hidiviyet*), o que significa que o título passava a ser hereditário (Mestyan, 2017, pp.3, 50; Mcilwraith, 1917, pp.244, 246; Mansfield, 2003, p.88; Hunter, 1999, p.190). Assim, com esta “independência” e “senioridade” garantida, Ismail foi sucedido pelo seu filho Taufik Pachá (1852-1892), que se revelaria pouco mais do que um fantoche na mão dos ingleses:

Foi Tewkik, filho mais velho do príncipe destronado, que lhe sucedeu no governo do Egipto. O novo Khediva não tinha o carácter apaixonado e o genio audaz de seu pae; não sabia resistir, nem sequer o tentava, e as exigências da comissão fiscal para se reduzir o orçamento a modestos limites, compatíveis com

a estreiteza dos recursos, foram sempre acatadas sem o mais leve reparo. (p.49)[11].

A posição de fragilidade e dependência face às exigências financeiras das potências europeias em que Taufik chegara ao poder é claramente enunciada por Larcher. A margem de acção do novo vice-rei era muito reduzida. Ao tentar, ainda assim, intervir na redução das despesas, fê-lo num sector da sociedade egípcia que se revelaria contraproducente para as suas ambições: o exército nacional:

Uma das reduções de mais importância que se operou na despesa, foi a do licenciamento de parte do exercito; mas esta medida não podia passar sem ferir muitos interesses; o descontentamento foi profundo e geral entre a oficialidade, e d’esta se foi propagando pela classe civil, com uma feição especial de sentimento religioso, inseparavel de todas as questões que no Oriente se levantam entre christãos e os filhos do Propheta.(p.49).

Foram compulsivamente aposentados 1.600 oficiais do exército (de um total de 36.000) e o salário dos restantes membros foi reduzido para metade (Reid, 1998, 220; Lutzky, 1969, 203). É neste contexto que surge Ahmed Arabi, o coronel egípcio a que Larcher já fizera antes referência e que volta agora a mencionar:

O coronel Arabi, que desprovido de instrução, e só pelo prestígio do seu natural talento, boa presença e grande facilidade de falar com calor e elegância, soube conquistar grande popularidade ao Cairo, sobretudo entre o elemento militar, que elle chegou a dominar por completo, a ponto de se impor ao irresoluto Khediva e obter d’elle a formação de um ministério do qual foi chefe e ministro da guerra. (pp.49-50).

O militar egípcio que, em 1879, fundara o Partido Nacional (*Hizb al-Watani*) e que pretendia expulsar britânicos, franceses e turcos do Egipto, com o aumento da sua popularidade foi realmente nomeado como ministro da Guerra pelo Khediva Taufik, em 1881 (Cleveland, Bunton, 2009, p.100; Troutt

Powell, 2003, p.68). Apesar da menção de Larcher à falta de instrução de Arabi ser menos correcta, uma vez que, embora sendo de origem humilde, como *fellah*, teve instrução primeiro na Universidade de al-Azhar e depois, como oficial do exército, foi ele que instigou e liderou a insurreição popular dos *waitinum* (“nacionalistas”) contra os habitantes europeus de Alexandria, com o *slogan* “O Egipto para os Egípcios”, sublinhando a vertente proto-nacionalista do movimento, e que lhe granjeou reconhecimento como “cabeça e campeão do Islão” (Reid, 1998, p.218; Cleveland, Bunton, 2009, p.99).

De facto, foi a chamada “Revolta de Arabi” (*asilik*), entre 1879 e 1882, contra o Khediva Taufik Pachá, contra o monopólio dos altos postos militares pelos turcos e contra a crescente dominação europeia (anglo-francesa) do Egipto que levou à invasão do Reino Unido, a pedido de Taufik, e ao estabelecimento da ocupação britânica que se estenderia por 40 anos, até 1922 (Reid, 1998, p.217; Cole, 1995).

Identificado por Larcher como homem de “altas faculdades e competência” (p.39), Arabi está realmente ligado, na sua percepção histórica de 1894/1898, à “última revolução nacional que houve no Egipto, contra a influencia e imposições dos europeus sobre o governo do paiz” (p.39). A história mostraria depois, ao longo dos anos, o eclodir de uma série de outras revoluções que fazem com que o movimento de Arabi seja, antes, uma das primeiras revoluções liberais-nacionais orientais contra o controle europeu. Larcher conhecia e compreendia bem os eventos político-militares subjacentes ao início da ocupação britânica do Egipto e transmitia-os, através dos seus personagens mais destacados, aos seus leitores, conjugando as suas dimensões de político e de escritor.



Linha superior, da esquerda para a direita: o Khediva Ismail Pachá; o Khediva Taufik Pachá; o Khediva Abbas Hilmy II. Linha inferior: Arabi Pachá (1841-1911). © Domínio Público.

O protectorado britânico: detonação - o bombardeamento de Alexandria

Quando, ainda na 4º Capítulo-Carta, alude à crise egípcia que marcaria o período de Setembro de 1881 a Setembro de 1882 e acrescenta na sua narrativa dos acontecimentos:

Depois d’este facto que mostrou aos egypcios a importancia de Arabi, a corrente da opinião manifestou-se abertamente contra todos os estrangeiros; as ameaças e as invectivas foram tomando vulto, e a audacia do povo fanatizado subiu de ponto na presença da attitude do Khediva, sempre timorato, irresoluto, não se pondo claramente á testa do movimento, nem pedindo auxilio ao Sultão para dominar a situação critica em que se via.

N’esta triste conjunctura a colonia europeia começou a ter sérios receios de saque e de morticínio, e para se subtrahir a perigo tão iminente, emquanto era tempo, resolveu abandonar o Egipto (p.50).

O nosso autor está a preparar o desenlace para os eventos que, na sua narrativa e na história, foram fundamentais, a saber, o bombardeamento e destruição de Alexandria (11-13 de Julho de 1882), pela frota de 15 couraçados da Royal Navy, sob o comando do Almirante Frederick Beauchamp Seymour, e o estabelecimento do protetorado inglês sobre o Egípcio[12]. Enfaticamente, o seu relato prossegue:

Enquanto estes sucessos se desenrolavam, a diplomacia não ficava de braços cruzados; fizeram-se altas diligências para uma acção comum, e com esse intuito os representantes das potências celebraram longas conferências, por vezes interrompidas pela dificuldade de chegar a um acordo e de conciliar todos os interesses em jogo.

Afinal a Inglaterra, a França e a Itália tomaram a resolução de enviar para o porto de Alexandria as suas esquadras, sem plano preconcebido do uso que deveriam fazer d'aquella imponente reunião de grandes vasos de guerra.

Logo que no Egípcio houve conhecimento da chegada das esquadras a efervescência foi enorme, e não faltaram actos de violência nos grandes centros do Cairo e de Alexandria. (...)

As esquadras da França e da Itália não quiseram tomar parte nas demonstrações belicas que a gravidade da situação exigia; afastaram-se do porto, deixando á esquadra inglesa completa liberdade de acção e a responsabilidade dos sucessos futuros, de um alcance enorme, e ainda de natureza desconhecida, no momento em que as hostilidades iam começar.

O almirante Inglês não teve hesitações; o bombardeamento começou sem demora, e não tardou que os fortes que defendiam a cidade fossem desmantelados e dispersas as forças que os guarneciam. (pp.50-1).

As grandes potências da época (Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália) reuniram-se em Constantinopla (Conferência de Constantinopla) e, nesse mesmo ano, formou-se a tríplice aliança militar (Alemanha, Itália e Áustria). A acção diplomática tentou, em vão, impedir a invasão britânica.

O próprio Império Otomano, perante a delicada “Questão Egípcia”, face ao desenrolar dos acontecimentos num território que estava nominalmente sob a sua suserania e que conhecia uma rebelião encabeçada por Arabi, foi convocado a assumir várias posições, globalmente tendentes, no fundo, à preservação do império, suportando Taufik Pachá como legítimo governante do Egípcio e representante do Sultanato, e contrárias a qualquer intervenção naval estrangeira no Egípcio (Deringil, 1988).

Depois da “franca exposição das causas que determinaram a intervenção da Inglaterra no governo do Egípcio” (I tomo, 8ª Carta, p.85), em várias outras passagens na 8ª Capítulo-Carta percebe-se o tom de perplexidade e incompreensão do Autor perante a desproporcionalidade dos meios usados pela Inglaterra para combater os movimentos nacionalistas de Arabi:

Parece-nos também conveniente, para imprimirmos á nossa narrativa um caracter de uma completa imparcialidade, não deixar de analysar á luz de uma serena e desapaixonada critica, se os meios empregados para com seguir a victoria foram exactamente proporcionaes ás necessidades da luta.

N'este ponto, triste é confessal-o, o governo inglez foi muito além dos limites que uma nação civilisada nunca deveria ultrapassar. Praticar actos de feroz crueldade, desnecessários para garantir a propria segurança, completamente injustificáveis perante as mais evidentes exigencias da situação que se pretendia dominar, é esquecer todo o progresso que a civilisação tem introduzido nas leis da guerra, procurando restringir os seus deploraveis efeitos só aos males absolutamente inevitáveis.

É retrogradar aos tempos barbaros do maior absolutismo e ferocidade, quando o vencedor passava a fio da espada populações inteiras, queimando, assolando e destruindo tudo, e apoderando-se dos territórios como feudo e dos superviventes como escravos. (I tomo, 8ª Carta, pp.85-6).

Neste contexto, é inevitável e clara condenação do escritor português do bombardeamento de Alexandria pela frota britânica do Mediterrâneo[13]:

O bombardeamento de Alexandria foi um acto altamente condenado a todos os respeitos, e será para a historia da Inglaterra uma nodoa indelevel, (...).

N'estes tristissimos successos a Inglaterra só attendeu ao effeito político da sua atrocidade, querendo deixar bem impresso no cerebro dos habitantes das nações vencidas a idéa sinistra da sua implacavel força, para que este sentimento de terror se propagasse de geração em geração, afim de nunca mais lhe contrariarem as pretensões, ou terem velleidades de sacudir o seu pesado jugo. (I tomo, 8ª Carta, p.86).

Numa profunda e sempre actual reflexão sobre as consequências da violência desmedida a curto, médio e longo prazo, José de Souza Larcher acrescenta:

É inegável que se tal processo infunde submisso respeito por um adversário que nada respeita, não deixa por outro lado de cimentar entre as vítimas da prepotência, os mais vivos sentimentos de odio e rancor, que nem os seculos conseguem apagar, ficando indefinidamente de reserva para o futuro dia das reivindicações possíveis. (I tomo, 8ª Carta, pp.86-7).

A descrição narrativa de Larcher é pontuada por outras interpelantes questões:

Desmornados os fortes e destruída a artilheria que os guarnecia; dispersas as tropas egypcias que procuraram em seguida sahir apressadamente d' Alexandria para irem reunir-se ao grosso do exercito; restavam apenas na cidade alguns centos de maltrapilhos de varias raças e população indigena (...).

Para que, n'estas condições bombardear a cidade? Que culpam tinham as famílias europêas, coptas e turcas que ali residiam (...) da pretensão de Arabi querer rebellir o ataque da esquadra inglesa?

E além d'isso, por que, depois de bombardeada a cidade durante dois dias, não se fez desembarcar tropa para impedir que os ladrões aproveitando-se da desordem, do terror e da fuga dos habitantes, continuassem a roubar e incendiar; permitindo assim que durante 48 horas Alexandria estivesse á mercê dos malfeitores? (p.91).

Mesmo conhecendo a relativa, mas assumida animosidade de Larcher contra a acção dos ingleses no Egipto, isso não toldou a sua nítida identificação das respostas às perguntas que retoricamente colocava ou, se quisermos, da justificação para o massacre infligido pela frota inglesa:

(...) da parte dos inglezes havia um grande interesse que os impellia a tão monstruosa resolução, além do terror, em que a sua tortuosa politica se firma, para avassallar os animos, e mais facilmente conseguir os seus fins de engrandecimento e dominio sem limites.

Era a questão commercial, que se erguia imponente, a grande instigadora do bombardeamento. Reduzir uma grande cidade a um montão de ruinas, deixar consumir pelas chammas e pela rapina grandes e valiosissimos depositos de mercadorias, arruinando o commercio de nacionalidades rivaes; para em seguida recompôr tudo com engenheiros e artistas inglezes, e com uma verdadeira inundação de mercadorias procedentes d'Inglaterra, que, por via de regra, não pagavam direitos d'entrada, sob o falaz pretexto de serem destinadas ao fornecimento do exercito que tinha vindo libertar o Egypto das loucuras de Arabi; foi, como toda a gente o reconhecerá, a operação mais bem combinada e de mais brilhantes resultados, que o espirito mercantil dos negociantes de Londres e Manchester podiam inspirar ao seu illustrado governo (p.92).

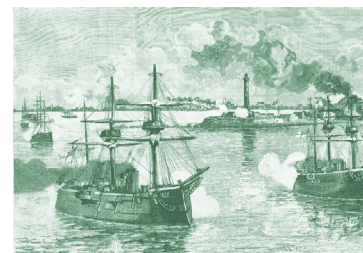
De forma racional e esclarecida, Larcher vai ao fulcro do problema: “Era a questão commercial, que se erguia imponente, a grande instigadora do bombardeamento”. (p.92). Para ele, Inglaterra queria principalmente “procurar novos mercados onde se consumam os tecidos de Leeds e de Manchester, e muitos outros artefactos e productos da potente industria inglesa. Esta nação bem sabe que sem commercio externo não póde existir” (I tomo, 8ª Carta, pp.88-9); “Cessando o commercio, fecham-se as fabricas” (I tomo, 8ª Carta, p.90).

Embora não apareçam suficientemente explicitados por Larcher e se possam confundir, numa primeira leitura, com uma resposta repressiva às insurreições nacionalistas e xenófobas egipcias

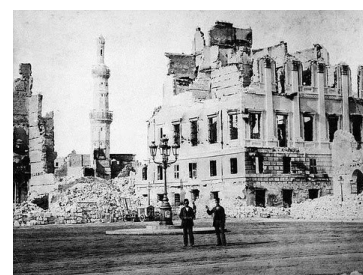
na cidade, os objetivos do bombardeamento de Alexandria prendiam-se com a defesa do império britânico através da protecção da rota do Suez, o mesmo é dizer com a segurança do tráfego marítimo que alcançava através do Canal, vital para as suas ligações com a colónia na Índia (Cleveland, Bunton, 2009, p.104; Chamberlain, 1977).

O bombardeamento foi apresentado pela Inglaterra como um acto de auto-defesa. É exemplar, contudo, a forma como, sucinta, mas objetivamente, Larcher cria um cenário de explicação para a prepotente política externa inglesa e para os termos despóticos, dominadores, exploradores e verdadeiramente imperialistas adoptados pela Inglaterra, facilmente entendíveis por um leitor medianamente interessado:

A Inglaterra é um colosso, mas as exigências da sua existência económica impellem-n'a a dilatar-se com uma tenacidade incrível, cega, que nada respeita, verdadeira luta pela vida, esquecendo que pouco segura quem muito abarca. A sua grandeza é a sua fraqueza; desenvolvimento anormal, estado agudo de plethora colonial. Assim como a grande nau se apoia no fluido elemento sempre incerto e movediço, assim a Inglaterra se firma no mar instavel de contingências ameaçadoras; uma e outra sempre expostas a ocultos baixios e a imprevistos cyclones. Sem exagerada hyperbole pôde dizer-se: o colosso tem pés de barro. (I tomo, 8ª Carta, p.90).



Navios britânicos bombardeando Alexandria, em 1882. © Domínio Público.



Fotos de Alexandria depois do bombardeamento e incêndio de 11-13 de Julho de 1882. © Domínio Público.

Na 24ª Carta, já no II tomo, onde traça um panorama histórico geral da cidade, desde a Antiguidade até aos seus dias, com destaque para as acções de Alexandre Magno, dos Ptolomeus, dos Césares, de Napoleão Bonaparte e de Mehemet-Ali (pp.101-6), a temática do bombardeamento de Alexandria é retomada por Larcher: “Alexandria soffreu muito com o bombardeamento, moral e materialmente, ficando arrasada em parte e a sua população dispersa, os indígenas fugindo para o interior e muitos milhares de europeus embarcando para os seus respectivos paizes” (p.106).

Na sequência desta referência, uma vez mais sensível ao diálogo entre o histórico lido e o histórico vivenciado, o nosso Autor deixa a seguinte observação:

“(…) no fim de três anos, ainda antes de pagas as indemnizações, já era grande o número das reedificações; continuando as obras, depois de indemnizados os prejuízos, com febril actividade; a ponto que em 1894, quando visitámos Alexandria pela primeira vez, já a encontrámos restaurada e mais bella do que era anos antes.” (p.107).

A dúzia de anos passada, com uma série de indemnizações pagas às “nações cujos súbditos tinham sido victimas do bombardamento” (I tomo, 8ª Carta, p.92), “fazendo recahir esse pesado encargo sobre o pobre paiz conquistado” (I tomo, 8ª Carta, p.93) e fazendo “o levantamento de um empréstimo em nome do Egypto e garantido pelo governo britannico a fim de liquidar essa delicada questão” (I tomo, 8ª Carta, p.93), parecia ter apagado os sinais da catástrofe e dos tristes dias vividos pela cidade (“Começou então Alexandria a ressurgir das próprias ruínas” - I tomo, 8ª Carta, p.94).

No entanto, os interesses ingleses continuavam a fazer-se sentir de forma muito intensa, numa época em que se vivia o primeiro período do domínio *britânico* (1882-1922), muitas vezes chamado de “protectorado” ou de “*protectorado* velado” (1882-1914) – em vigor nas duas ocasiões em que Larcher

esteve no Egipto –, em que o Egipto continuava legalmente uma província autónoma do Império Otomano, mas sob um protectorado informal, *de facto*, inglês (Daly, 1998, p.245-6; Cleveland, Bunton, 2009, p.104).

Com o eclodir da I Guerra Mundial, o Império Otomano juntou-se às Potências Centrais, apoiando a Alemanha (Novembro de 1914), ao que a Inglaterra respondeu, com vista à preservação do seu domínio sobre o Canal de Suez, com a declaração unilateral do seu protectorado sobre o Egipto *de iure*, iniciando o que se designa por “protectorado formal”, que se estenderia de 1914 até à independência formal do Egipto, a 28 de fevereiro de 1922, com novos movimentos nacionalistas, agora congregados em torno do Partido Wafd (em árabe, *Hizb al-Wafd*) e do seu líder Zaghoul-pachá (1859-1927), também conhecido como Saad Zaghoul, que naturalmente José de Souza Larcher já não acompanharia, pois faleceria em 1913 (McIlwraith, 1917; Janikowski, 1988; Gershoni, Janikowski, 1986; Daly, 1988, pp.248-50; Botam, 1988, pp.287-8).

Mesmo depois de 1922, com a “monarquia colaboracionista” de Ahmed Fuad I, a Inglaterra continuou, todavia, a dominar a vida política do Egipto, controlando a zona do Canal de Suez, o Sudão e a política externa egípcia e com uma presença militar regular que permitiria usar o país como base de operações aliadas em toda a região durante a II Guerra Mundial (Botam, 1988, p.285). Essa presença militar só seria eliminada efectivamente com a Revolução Egípcia de 1952 e com todos os episódios de nacionalismo, pan-arabismo e autonomia que a antecederam e que lhe sucederam (designadamente a nacionalização dos proventos económicos do Canal do Suez, em 1956, já com Gamal Abdel Nasser como Presidente da República Árabe do Egipto: “O Canal é nosso e só nosso”).

O bombardeamento de Alexandria de Julho de 1882 não encerrou as hostilidades inglesas contra os Egípcios, como José de Souza Larcher fizera questão de mencionar:

Logo depois effectuou-se o desembarque das tropas de combate para fazerem cessar todos os malefícios de feroz vandalismo que enlutavam a nobre cidade, e prosseguir seguidamente na empresa que então parecia arriscada, de bater o exercito egypcio comandado pelo ministro da guerra, Arabi, e que este tinha reforçado com tribus de beduinos, e tudo concentrado no lado oriental do Delta, a pequena distancia do Canal de Suez.

Os inimigos avistaram-se, tomaram posições em Tel el Kebir, e tudo fazia presumir que no dia seguinte haveria em torno d'aquella pouco elevada colina um importante e sangrento conflicto. Mas durante a noite o general inglez, Wolseley, recorrendo á mais potente e eficaz arma de guerra que a Inglaterra possui, inutilizou por completo o exercito egypcio. (I tomo, 4º Carta, pp.51-2).

Já na p. 12 (1º Capitulo-Carta), quando se referira ao drogman Athias, J.S. Larcher escrevera:

No trajecto que se percorria, passamos pelo sitio Tell-el-Kebir, onde se deu a celebre batalha em que as libras, mais do que os cartuchos inglezes, dispersaram as tropas do exercito egypcio, já reduzidas, na ocasião do combate, a um pequeno corpo que tinha permanecido fiel a Arabi, o chefe infeliz do partido nacional.

Ao passar pelo local, portanto, a 75 Km a sul de Port Said, onde ocorrera, a 13 de Setembro de 1882, a Batalha de Tell el-Kebir, Larcher demonstra saber que a mesma fora travada entre o destroçado exército egípcio liderado por Ahmed Arabi e as forças armadas britânicas de Garnet Wolseley e que representara o fim da rebelião de Arabi. As conversas, a observação no terreno, vendo e ouvindo, e as suas leituras provaram ser bem ajustadas à sua análise da conjuntura egípcia em torno de 1882.

O valor das “libras” volta a ser por ele mencionado na p.52:

Os beduinos astutamente subornados tinham desaparecido, e com eles muitos dos principais chefes das tropas regulares, junto dos quaes tambem se invocou o nome do Sultão, por forma que ao toque d'alvorada o infeliz Arabi apenas se viu rodeado de poucos adeptos, e quasi sem resistência foi destroçado e preso.

Assim acabou a revolução do Egypto contra a ingerência dos europeus nos seus negócios cazeiros. A Inglaterra se deve o prompto desenlace do drama, que poderia ter sido muito diverso, se o poder do oiro não fosse tão seductor, mesmo em frente do sentimento patriótico e religioso de raças diversas e pouco amigas[14].

O protectorado britânico: consumação - a Batalha de Tell el-Kebir

A Batalha de Tell el-Kebir representou a consumação da vitória inglesa e a verdadeira capitulação das pretensões revolucionárias nacionalistas de Arabi e dos seus homens e, em consequência, assinalou, de facto, o domínio inglês. O escritor alentejano, no 5º Capitulo-Carta fornece essa perspectiva aos seus leitores:

Consumada a victoria, a Inglaterra, a quem a Europa abandonou o encargo de restabelecer a ordem no Egypto, sem se importar com os riscos nem com as vantagens resultantes da empresa; a Inglaterra, tão enaltecida por um exito tão rápido como problemático, tomou posse do paiz com mão firme e processos ilustrados; tendo em mira principalmente, como era de esperar, os seus intentos políticos e commerciaes, sem se impressionar muito com as reclamações das grandes potencias, que desde então lamentam platonicamente a prolongação do indeterminado protectorado inglez. (p.53).

Sem hesitações, Larcher emite a sua “humilde opinião” (p. 53): o abandono das esquadras da França e da Itália do porto de Alexandria foi um acto consciente, “em troca das vantagens que a Inglaterra devia tirar do Egypto, a Italia obteve o apoio da influencia inglesa para as suas empresas africanas, o sonhado protectorado na Aybssinia [sic], e a França a tolerancia indispensável para se estabelecer sem reclamações embaraçosas em Tunis e no Touquim” (pp.53-4). Dando prova de uma enorme capacidade de interpretação dos eventos e da sua repercussão na geo-estratégia internacional da época, o nosso Autor não vê contradições no desenrolar dos acontecimentos, mas, antes,

“convenções secretas” e a “trama dos valores entendidos” das potências europeias com interesses em várias regiões de África. Só os “ingénuos ou indiferentes” não descortinavam os “machiavelicos ardis” da diplomacia europeia, unida na defesa dos seus diversos interesses coloniais.

A leitura do engenheiro português é também muito acurada quando analisa a própria estrutura de dominação inglesa no Egipto, que reputa de sagaz e hábil. São cinco parágrafos que constituem uma autêntica lição teórico-prática sobre as relações internacionais, certamente muito esclarecedora para a maioria dos seus leitores:

A Inglaterra conquistou na realidade o Egipto, mas em lugar de destronar o imperante e de impor-se abertamente como amo e senhor absoluto, como o faria qualquer vulgar conquistador, só atendeu ao positivo das coisas e não a vãs apparencias. O Khediva continuou a exercer as suas funções de chefe de Estado e a governar o Egipto por meio dos seus ministros e agentes.

N'isto se revela a sagacidade e rara habilidade do governo inglez: não fere insolentemente as susceptibilidades nacionaes, apresenta-se apenas como conselheiro amigo e devotado protector, e com estes fundamentos tão nobres e sympathicos, foi collocando junto de cada ministro, e á testa de todas as administrações publicas, agentes ingleses; tendo o cuidado de nunca invocar a própria auctoridade, mas sim o desejo do Khediva, que sollicita as reformas propostas, a permanência do exercito de occupação e as operações militares na provincia do Soudan, etc.

Uzando d'estes poderosos meios de acção, logo no principio o exercito indígena foi licenciado, ficando só as forças inglesas encarregadas de manter a ordem e fazer cumprir as resoluções que se foram tomando para melhorar os serviços públicos. N'este empenho os agentes ingleses souberam haver-se com a sua reconhecida tenacidade e pericia.

O exercito foi depois reorganizado sob a direcção de officiaes ingleses nos comandos superiores dos corpos, e empregado quasi todo na reconquista do Soudan, na administração das finanças introduziu-se a regularidade da cobrança dos impostos e a severa

e exacta applicação dos fundos públicos; e por igual forma se regularizaram todos os grandes serviços das obras publicas, dos correios e telégrafos, bem como o da exploração dos caminhos de ferro do Estado.

A administração da justiça também lucrou muito com o novo influxo da civilização europêa. Além da admirável instituição dos tribunaes mixtos, que tem conseguido incutir no cérebro dos indígenas a idéa da justiça absoluta, independente, superior a todas as influencias, — há uma organização judicial mais recente, com tribunaes compostos exclusivamente de juizes indígenas, togados, e de alguns ingleses, que se regem por códigos e por um corpo de legislação que se vae promulgando pouco a pouco segundo as necessidades da administração do paiz. (pp.54-5).

Reconhecendo os aspectos positivos da nova orientação britânica — “em todos os ramos da administração do paiz, o Egipto entrou n'um período de completa reorganização economica” (I tomo, 6ª Carta, p.67); os “bellos resultados da boa administração são visíveis e palpáveis, ninguém pôde duvidar d'elles, e os próprios arabes reconhecem que sem o impulso estranho nunca o Egipto se teria transformado de um modo tão rápido e brilhante” (I tomo, 6ª Carta, p.68); “ reconhecer a superioridade da civilização europea, e a eficaz influencia do protector do inglez para a regeneração do Egipto” (I tomo, 6ª Carta, p.69); “são os próprios tutelados que afirmam a excellencia da lição que estão recebendo, da applicação dos verdadeiros principios da arte de governar, á administração civil e politica do paiz” (I tomo, 6ª Carta, p.70)[15] —, Larcher perspectiva-os como resultado também, sobretudo, da acção de franceses e da colaboração de gregos, italianos e até judeus: “Todavia, é justo confessar, que se os ingleses teem sido tão felizes na sua administração, é porque encontraram já o terreno preparado, e só tiveram que seguir o caminho encetado, desenvolver e aperfeiçoar” (I tomo, 6ª Carta, p.71);

Pelo activo impulso que souberam dar ao commercio internacional, conseguiram introduzir no paiz o gosto e o uso dos artefactos

européus e levar os indígenas ao ponto de sacudirem o torpor da sua monotonia existencial, e adoptarem nas suas vivendas uma certa ordem de conforto de que não tinham notícia, e muito contribuiu para dar ás pessoas e em parte ás coisas umas apparencias, aliaz já muito acentuadas, de civilização e progresso. (I tomo, 6ª Carta, p.72);

Consideramos estas anotações de José de Souza Larcher o resultado do seu profundo compromisso com a construção e transmissão de uma visão imparcial, em muito resultante da sua experiência vivida no terreno, como ele, no fundo reconhece: “Nada melhor, para formar uma opinião com sólidos fundamentos, do que ir beber á fonte limpa, vêr de visu e pizar o solo onde se passa a acção” (I tomo, 6ª Carta, p.70).

Da mesma forma, o seu 7º Capítulo-Carta procura cruzar eficazmente o que apreendeu da valoração intelectual do passado com o que escolheu do seu contacto com as pessoas. A sua expressão é notável de simplicidade, enquanto transmite uma profunda consciência da dimensão da auto-determinação do povo egípcio:

Apezar das inegáveis vantagens que teem resultado do protectorado da Inglaterra, a bem da regeneração politica e económica do Egypto, vantagens que estrangeiros e nacionaes não podem deixar de reconhecer, é certo, todavia, que se a qualquer egypcio um europeu perguntar, – se quer continuar a viver sob a tutela inglesa, ou se prefere voltar ao puro governo absoluto do Khediva, não haverá sombra de hesitação na resposta favorável á restauração do governo nacional” (I tomo, 7ª Carta, p.76).

Ao patriotismo e nacionalismo assim defendido talvez não fosse alheio o sentimento e reflexão do alentejano sobre o próprio *Ultimatum* inglês de 1890 que, apesar de formalmente terminado no ano seguinte, com a ratificação do Parlamento português de um tratado anglo-luso, marcaria o final do regime monárquico em Portugal e a emergência do movimento republicano a que José de Souza Larcher aderira já[16]. Não temos “prova documental

escrita” desta nossa especulação, mas são consentâneas com ela as seguintes passagens do 7º Capítulo-Carta:

Não cremos que de principio o governo inglez tivesse já planeado o seu grande projecto de ligar o Egypto ao Cabo, por uma larga faixa de territorio através da África austral; tanto mais que antes do bombardeamento de Alexandria e da derrota de Arabi, não poderia imaginar que a Europa lhe deixasse o campo livre para tentar tudo o que lhe parecesse mais consentâneo aos seus interesses comerciais. (7ª Carta, p.77);

E assim correram anos e conferencias diplomáticas, bem aproveitadas pelo governo inglez em firmar mais o sue domínio; aguardando com placida astucia o momento em que lhe será possível arrancar a mascara com que tem pretendido ocultar os seus ambiciosos e machiavelicos desígnios. (I tomo, 7ª Carta, p.79).



Batalha de Tell el-Kebir, Pintura de Alphonse-Marie-Adolphe de Neuville. National Museums Scotland. © Domínio Público



Batalha de Tell el-Kebir, Pintura de Henri Louis Dupray. © Domínio Público.

Considerações finais

Nas suas *Impressões de Viagem*, José de Souza Larcher acomodou numerosas referências ao Egípto antigo, o passado remoto do país que visitava, bem como em relação ao Egípto moderno, habitado por árabes e muçulmanos mais ou menos subjugados por europeus invasores, sobretudo ingleses e franceses, e em obediência política à Grande Porta.

Resistindo aos sentimentos de parcialidade, as suas apreciações da eficácia e eficiência do protectorado inglês no Egípto são o resultado directo da sua experiência de visitante que, acedendo ao local onde os acontecimentos tiveram lugar, os reconstitui na sua narrativa com o enriquecimento suplementar dessa mesma experiência, vista e ouvida.

A sua narrativa sobre os antecedentes e sobre o protectorado britânico informa, discute e interpreta os dados por si compulsados e, através dessas atitudes, onde, simultaneamente se nota o seu senso político e jornalístico, contribui para formar a opinião dos seus leitores. As suas *Impressões* podem/ devem ter exercido considerável influência sobre eles. A comoção do *Ultimatum* pode ter alimentado em Portugal uma certa recepção

dos seus escritos sobre os ingleses no Egípto no I tomo do seu livro, sobretudo pelo tom de crítica severa ao imperialismo inglês que adopta em muitas passagens, susceptível de mobilizar adeptos e adversários das causas inglesas.

Como político e escritor, José de Souza Larcher estava atento ao que passava no mundo. A sua idade e experiência de vida, os ambientes sociais em que se movimentou, em Portugal e no Egípto, e a vivência *in loco*, em muitos dos lugares onde os eventos sobre que escreve se passaram, fazem dos seus Capítulos-Cartas sobre as lutas nacionalistas e imperialistas no Egípto do final do século XIX autênticas crónicas jornalísticas de cobertura dos acontecimentos relatados, mesmo que desfasados no tempo.

Nas suas intervenções, procura sempre manter uma certa imparcialidade, evitando cair na defesa da “superioridade do europeu” e registando as suas observações mais críticas e o seu desconforto político e moral com que recepcionara certos episódios do passado recente por eles cometidos. As suas crónicas comentadas e recheadas de dados históricos, embora arroladas como “impressões de viagem”, são, por isso, valiosos documentos do discurso eurocêntrico sobre as relações de poder e sobre a política internacional, sobretudo na lógica anglo-egípcia. Neste sentido, o turista português José de Souza Larcher foi um produtor de história.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luís Manuel de (1987), *Eça de Queirós e o Egpto faraónico*, Lisboa. Editorial Comunicação.

AŞIK, Ozan (2018), “On Philip Abrams and a Multi-Faceted “Historical Event”: The Urabi Movement (1879-1882) in Egypt”, *Mavi Atlas*, 6(1), pp. 170-184.

BUESCU, Helena Carvalhão (2002), “Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*”, *Via Atlântica*, n. 5, pp. 198- 202.

BOTMAN, Selma (1988), “The liberal age, 1923-1952” in *The Cambridge History of Egypt – Vol. 2. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 285-308.

CHAMBERLAIN, M. E. (1977), “The Alexandria Massacre of 11 June 1882 and the British Occupation of Egypt” *Middle Eastern Studies* , Vol. 13, No. 1, pp. 14-39

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin (2009), *A History of the Modern Middle East* , 4ª ed., Boulder: Westview Press.

COELHO, Teresa Pinto (2019), “Egípto (por Eça de Queirós)”. *E-Dicionário de Escrita de Viagens Portuguesa (EDEV)*. coord. Rogério Miguel Puga. CETAPS-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, *Institute of Modern Languages Research-Universidade de Londres, Londres, Laboratório de Interloquções com a Ásia-Universidade de São Paulo, São Paulo*. ISBN: 78-972-99724-2-3: <http://www.edtl.com.pt> (acesso 30-12-2024).

COELHO, Teresa Pinto (2016), “Da Abertura do Canal do Suez ao *Ultimatum*: O Egípto e o Imperialismo Britânico Vistos por Eça de Queirós”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 15, pp. 255-268.

COLE, Juan R. I. (1995), “Colonialism and Revolution in the Middle East: Social and Cultural Origins of Egypt’s ‘Urabi’”, *Middle Eastern Studies*, Vol. 31, No. 2, pp. 379-383

DALY, M. W. (1998), “The British occupation, 1882-1922” in *The Cambridge History of Egypt – Vol. 2. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 239-251.

DERINGIL, Selim (1988), “The Ottoman Response to the Egyptian Crisis of 1881-82”, *Middle Eastern Studies*, Vol. 24, No. 1, pp. 3-24.

FAHMY, Khaled (1998), “The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848” in *The Cambridge History of Egypt – Vol. 2. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 139-179.

GERSHONI, Israel; JANIKOWSKI, James P. (1986), *Egypt, Islam, and the Arabs. The Search for Egyptian Nationhood, 1900-1930*. Oxford: Oxford University Press.

HANIOĞLU, M. Şükrü (2008), *A brief history of the Late Ottoman Empire*, Princeton/ Oxford: Princeton University Press.

HOBSBAWM, Eric J. (1990), *A Era dos Impérios. 1875-1914*, Lisboa: Editorial Presença.

HOPKINS, A. G. (1986), “The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882”, *The Journal of African History*, Vol. 27, No. 2, Special Issue in Honour of J. D. Fage, pp. 363-391.

HUNTER, F. Robert (1999), *Egypt under the khedives, 1805-1879: from household government to modern bureaucracy*, Cairo: American University in Cairo Press.

JANIKOWSKI, James (1988), “The Egyptian Wafd and Arab Nationalism, 1918-1944.” In Edward Ingram (ed.), *Nationalism and International Politics in the Middle East. Essays in honor of Elie Kedourie*, Londres: Frank Cass, pp. 164-186.

LUTZSJY, Vladimir Borisovich (1969), *Modern History of the Arab conquest*, Moscow: Progress Publishers.

MANSFIELD, Peter (2003), *A History of the Middle East*, 2ª ed., London; Penguin Books

MCILWRAITH, Malcolm (1917), “The Declaration of a Protectorate in Egypt and its Legal Effects”, *Journal of the Society of Comparative Legislation*, vol.17, no. 1/2, pp. 238-259.

MESTYAN, Adam (2017), *Arab Patriotism. The Ideology and Culture of Power in Late Ottoman Egypt*. Oxford, Princeton Press University.

MINÉ, Elza (1986), *Eça de Queirós jornalista*. Lisboa: Livros Horizonte

MINÉ, Elza (2020), “Eça de Queirós: continuidades entre jornalismo e ficção”, *Revista de Estudos Literários*, 10, pp. 415-423.

ODED. Peri (2005), “Ottoman Symbolism in British-Occupied Egypt, 1882-1909”, *Middle Eastern Studies*, Routledge, Vol. 41, No. 1, pp. 103-120.

PEIXINHO, Ana Teresa (2007), “Textos Jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/’jornalista.” *Estudos do Seculo XX*, nº 7, pp. 15-37.

PEREIRA, Patrícia Ayres; BONNICI, Thomas (2008), “Eça de Queirós em *Os Ingleses no Egipto*: na mira do orientalismo”, *Estação Literária. Vagão-volume 1*, pp. 66-73.

PEREIRA, Patricia Ayres (2009), *O olhar queirosiano entre centro e periferia: “Os Ingleses no Egipto”, Eça de Queirós (Gazeta de Notícias – 1882)*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá – Dissertação de Mestrado.

QUEIRÓS, Eça (1905), *Cartas de Inglaterra*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmãos - Editores.

QUEIRÓS, Eça (2002), “Os Ingleses no Egipto”. *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 175-221.

QUEIRÓS, Eça (2004), *Os Ingleses no Egipto*, Lisboa, Editorial Caminho.

REID, Donald Malcolm (1998), “The ‘Urabi revolution and the British conquest, 1879-1882” in *The Cambridge History of Egypt – Vol. 2. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 217-238.

SALES, José das Candeias (2024), “José de Souza Larcher e Sua Alteza o Khediva Abbas Hilmy II - memória ilustrada sobre a construção de um sistema de ponte-barragem no Nilo (1898)” in João Luís Cardoso, José das Candeias Sales, Ana Paula Avelar (eds.), *A Paixão pela História: Saber e Comunicação. Estudos de Homenagem a Maria José Ferro Tavares*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 175-184.

SALES, José das Candeias, MOTA, Susana (2026), “As impressões do Egipto de José de Souza Larcher” in Lucía Brage Iria Souto (eds.), *Antigüedades de Oriente Próximo y del Egipto faraónico. Aportaciones de la investigación española y portuguesa*, Colección Shadum, Sevilha, Universidad de Sevilha, pp. 387-410.

SIQUEIRA, José (2023), “Jornalismo de Eça em perspectiva: das crônicas iniciais ao ensaísmo no “Suplemento Literário” da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais* (volume 3, número 2), pp. 3-30.

SOUZA QUINTELLA (1883): “José de Souza Larcher”, *Galeria Republicana*, nº30: 1-3.

TROUTT POWELL, Eve M. (2003), *A Different Shade of Colonialism: Egypt, Great Britain, and the Mastery of the Sudan*. Berkley: University of California Press.

Notas

[1] Os três primeiros textos da *Gazeta de Notícias* foram publicados a 27, 28 e 29 de Setembro e os restantes a 13, 17 e 24 de Outubro (Pereira, 2009, pp.11, 17). A colaboração de Eça com o jornal carioca datava de 24 de Julho de 1880 e prolongar-se-ia até 21 de Setembro de 1897, quase 20 anos, saldando-se por 58 textos publicados em 116 números da *Gazeta* (Pereira, 2009, p.16; Buescu, 2002, p.200-1). No site da Hemeroteca Digital Brasileira (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), aceda-se a *Gazeta de Notícias (RJ) - 1875 a 1879* e, no ano de 1882, vejam-se os textos em questão, na sua publicação jornalística original, na parte inferior da primeira página de cada número. Vide também Queirós (1905; 2002, pp.16, 24, 44, 45, 175-221; 2004), Miné (2020), Siqueira (2023, pp.23-4), Peixinho (2007), Pereira, Bonnici (2008).

[2] Texto de 17 de Outubro de 1882. Vide Queirós (1905, pp.159, 182; 2002, pp.195, 208; 2004, pp.40, 63).

[3] No Cairo, curiosamente, ambos terão ficado hospedados no Hotel Shepheard's, o mais luxuoso hotel da cidade e do Oriente à época (“(...) demos entrada no sumptuoso e vasto hotel Shepheard's” – I tomo, 9ª Capitulo-Carta, p.97). Vide Araújo (1987, p.21) e Coelho (2016, pp.257-8).

[4] Sobre mais dados biográficos de José de Souza Larcher, vide Sales, Mota (2026).

[5] Estabelecidos em 1876, não obstante *shari'ah* locais continuarem a funcionar, os tribunais mistos funcionavam no Egípto, por períodos de cinco anos, com vista a minorar os inconvenientes que resultavam da aplicação da Lei aos estrangeiros aí residentes e das reclamações e contestações diplomáticas que se levantavam quanto à competência e legalidade da execução das sentenças.

[6] A designação “Capítulo-Carta” é usada na edição e é explicada por José de Souza Larcher no texto “Advertencia”, com que abre o I tomo:

Logo que cheguei ao Egipto escrevi a alguns amigos sobre as coisas que ia observando no paiz que visitava; mas depois, reconhecendo que havia margem para largas considerações, deliberei-me a dar, ao que já tinha dito nas minhas cartas, maior desenvolvimento; tratando sucessivamente de diversos assumptos e estudos que tenho a satisfação de dedicar, cada um de per si, a alguns parentes, amigos e correligionarios, a quem peço vénia e bom, acolhimento para o meu modesto trabalho.

[7] Uma outra passagem na p.11 (I tomo, 1º Capítulo-Carta) é muito elucidativa desta conciliação entre o observado e o lido. Diz José de Souza Larcher, sobre o Canal de Suez:

O canal traçado em linhas rectas na arêa, é uma obra que **á vista** nada apresenta de assombroso. Para se avaliar o seu valor e importancia é **preciso lêr** a descripção dos trabalhos, e ahí, n'esse documento de completa autenticidade se encontrará a prova de quantos milhares de braços e de quantas centenas de milhões de francos foi necessario empregar para levar a cabo a empresa; e só assim se poderá reconhecer que é uma obra colossal, senão pelo que ostenta á flor da terra, com certeza pelos maravilhosos resultados que está produzindo a bem do commercio e da civilização.

Os destaques são nossos. Acreditamos que a mesma atitude esteve associada à reconstituição histórica das motivações e dos efeitos da invasão britânica e dos apontamentos sobre a política internacional da sua época esboçados por J. S. Larcher

[8] Textos I, II e V, de 27 e 28 de Setembro e 17 de Outubro, na *Gazeta de Notícias*. Aliás, o segundo destes textos é, na prática, exclusivamente dedicado à descrição da acção de Arabi (Queirós, 1905, pp. 132, 135-148; 2002, pp. 179-189; 2004, pp. 15-29). Para Eça de Queirós, Arabi pretendia o fim da autoridade absoluta do Khediva Taufik, a reforma da utilização dos dinheiros públicos consumidos em pesados impostos pagos aos vorazes credores franceses e ingleses e o abolir dos privilégios fiscais de que os estrangeiros gozavam no Egípto (Coelho, 2016, p.261).

[9] Mencione-se que, a 8 de Fevereiro de 1892, no *Suplemento Literário* nº 2 da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Eça de Queirós publicou um texto intitulado “O Novo Quediva do Egípto” onde dava conta da morte de Taufik, o filho de Ismail Pachá, ocorrida um mês antes, a 7 de Janeiro, e da subida ao poder, com 17 anos, de Abbas Hilmy II, o Khediva com que Larcher se entrevistou pessoalmente várias vezes no Egípto em 1898 (Queirós, 2002, pp.31-2; Sales, 2024). Anote-se que foi este Khediva que inaugurou, logo no seu primeiro ano de vice-reinado, a 17 de outubro de 1892, o Museu Greco-Romano de Alexandria, o mais antigo edifício do Egípto preparado arquitectonicamente com o objectivo de preservar e expor antiguidades.

[10] Também Eça de Queirós fala dos “luxos de Salomão” do Khediva Ismail que muito crítica e que trata também como “esse esplêndido perdulário” (*Gazeta de Notícias*, de 28 e de 29 de Setembro de 1882, 1; Queirós, 1905, pp.140, 161; 2002, p.184; 2004, 22, 41; Coelho, 2016, p.259). A historiografia viria a olhá-lo basicamente sob os mesmos ângulos: ora como “um tolo perdulário”, ora como “um reformador perspicaz, embora extravagante” (Cleveland, Bunton, 2009, p.95).

[11] Eça de Queirós apelida-o de “excelente e pacato moço”, “amável príncipe tão doce ao estrangeiro” (Queirós, 1905, pp.132, 142; 2002, pp.179, 185; 2004, pp.15, 23). Vide também Miné (2020, p.418).

[12] Como escreve M. W. Daly, “The events of 1882 mark a watershed in the modern history of Egypt” (Daly, 1998, p.239) ou, como defende Donald Malcolm Reid, “The Alexandria riot, British bombardment, and the ensuing invasion propelled the revolution into its third stage, the final break with Tawfiq and war with Britain.” (Reid, 1998, p.231). Por seu turno, reforçando a importância deste momento histórico, Cleveland e Bunton sustentam: “The British occupation of Egypt produced one of the most significant colonial encounters of the modern era” (Cleveland, Bunton, 2009, p.103). Vide também Hopkins (1986).

[13] Recorde-se que também Eça de Queirós, que visitara a cidade em 1869, condenara o bombardeamento de Alexandria, logo no primeiro artigo publicado a 27 de Setembro de 1882, p. 1, cinco ou seis semanas após o acontecimento, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Confesso admirador dos Ingleses, repudia, todavia, o desaparecimento da cidade, “pela quarta vez na história” às mãos do “snr. William Gladstone” (então Primeiro-Ministro do Reino Unido) e da “brusca aggressão de uma frota de doze couraçados”. Considera o acto como de “política primitiva”: “ser forte, cair sobre o fraco, destruir vidas e empolgar fazendas.” (Araújo, 1987, pp.224-226, 239; Coelho, 2016, p.255); Vide também Queirós (1905, pp.125-133; 2002, pp.175-221; 2004, pp.9-16).

[14] Derrotado pelos britânicos em Tell el-Kebir, Ahmed Arabi exilou-se no Ceilão (actual Sri Lanka) e só regressaria ao Egipto em 1911, onde acabaria por falecer, no Cairo, a 21 de Setembro desse ano. Vide Cleveland, Bunton (2009, p.100).

[15] O tom de reconhecimento pela “severa e ilustrada administração” inglesa no Egipto volta a surgir no II tomo, 23º Capitulo-Carta, pp.89, 91, 94-6, onde se volta a acentuar a procurada imparcialidade crítica do Autor:

Temos criticado muitos actos da politica ingleza ao que ela tem de cego egoísmo, como temos louvado os efeitos admiráveis da sua acção administrativa e económica, inteiramente livres de preconceitos políticos e nacionaes, e de qualquer outra influencia que poderia adulterar as nossas impressões, e desviar da devida rectidão as nossas apreciações” (II tomo, 23ª Carta, p.96).

[16] Anote-se que, no II tomo, 30ª Carta, Larcher faz uma alusão directa ao *Ultimatum*, apelidando-o de “o ominoso ultimatum de 11 de janeiro de 1890” (p.206). A referência é feita numa narrativa destinada a refletir sobre a “aliança com a Inglaterra” (p.203) que, após se mencionarem vários episódios da mesma, ao longo do tempo, se conclui com um enfático “a Inglaterra nunca attende para nos ser útil, mas que sempre invoca para conseguir os seus fins, contando com a nossa ingenua annuencia” (p.214).

FUTUROS DA ÁGUA
RESILIÊNCIA,
GOVERNAÇÃO
E ADAPTAÇÃO

